

FINANÇAS



INFLUÊNCIA DE FATORES COMPORTAMENTAIS NA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO

INFLUENCE OF BEHAVIORAL FACTORS IN PROPENSITY TO INDEBTEDNESS

Silvia Amélia Mendonça Flores
Universidade Federal do Pampa

Daniel Arruda Coronel
Universidade Federal de Santa Maria

Kelmara Mendes Vieira
Universidade Federal de Santa Maria

Data de submissão: 24 dez. 2011 . **Data de aprovação:** 08 out. 2012 . **Sistema de avaliação:** Double blind review. Universidade FUMEC / FACE . Prof. Dr. Henrique Cordeiro Martins . Prof. Dr. Cid Gonçalves Filho . Prof. Dr. Luiz Claudio Vieira de Oliveira

RESUMO

O presente estudo buscou analisar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria. Realizou-se uma pesquisa *survey* junto a 246 servidores. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, com escalas quantitativas para mensurar endividamento, materialismo, risco e educação financeira. Quanto à educação financeira, constatou-se que 46% dos servidores possuem um alto nível de conhecimento sobre finanças pessoais. Os testes de diferenças de medianas confirmaram alguns dos fenômenos comportamentais já evidenciados pela literatura, como a maior percepção de risco dos casados em relação aos solteiros. Na análise de regressão múltipla, o modelo demonstrou que a percepção de risco financeiro e a educação financeira são, dentro dos fatores estudados, os que influenciam a propensão ao endividamento, sendo que quanto maior a percepção de risco e o grau de educação financeira, menor a propensão ao endividamento. De maneira geral, os servidores apresentaram baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças comportamentais. Propensão ao endividamento. Materialismo. Educação financeira. Risco.

ABSTRACT

The present study claimed to examine the influence of behavioral factors in propensity to indebtedness of the servers at the Universidade Federal de Santa Maria. We conducted a survey research with the 246 servers. The data were collected through a structured questionnaire with quantitative scales to measure debt, materialism, risk and financial education. For financial education, we found that 46% of servers have a high level of knowledge about personal finance. The median comparison tests confirmed some of the behavioral phenomena as reported in the literature, such as greater perception of risk of the married people in relation to the singles. In multiple regression analysis, the model demonstrated that the perception of financial risk and financial education are, within the studied factors, which influence the propensity to indebtedness and as the greater risk perceived and the degree of financial education, less will be the prone to debt. In general, the servers had low levels of debt and a conservative behavior in face of the financial risk.

KEYWORDS

Behavioral finance. Propensity to indebtedness. Materialism. Financial education. Risk.

INTRODUÇÃO

Os estudos tradicionais de finanças abordam os aspectos econômicos, visando às melhores alternativas de investimento, a fim de maximizar o retorno financeiro. No entanto, sabe-se que essas decisões dependem do comportamento do agente, das suas preferências, do ambiente macro e de diversos fatores controláveis e não controláveis. Desta forma, a partir da década de 1970 surge uma nova linha de estudos, as finanças comportamentais ou *behavioral finance*, passando a demonstrar que, em algumas situações, os indivíduos podem apresentar vieses e heurísticas em suas decisões.

Desde que os psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979)

desenvolveram a Teoria do Prospecto (*Prospect Theory*), mostrando que o indivíduo é avesso ao risco para ganhos, mas propenso ao risco para perdas, as finanças comportamentais têm buscado em suas pesquisas, analisar a conduta do investidor em determinadas situações (como a decisão de compra), integrando conceitos e análises sobre fatores sociais, cognitivos e emocionais (BURNHAM, 2010).

Considerando que as decisões financeiras envolvem um risco mais elevado, a questão do endividamento vem se destacando na linha de finanças comportamentais. Os hábitos de consumo estão mudando e, conforme Dynan e Kohn (2007), em um mundo sem

restrições de financiamento, as famílias têm liberdade em escolher o consumo desejado, com base na vida útil dos recursos, taxas de juros e nos seus gostos e necessidades pessoais. Percebe-se um aumento nas dívidas com o cartão de crédito, que, segundo a pesquisa mensal da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2011), correspondem a 69,8% do total da dívida, em abril de 2011. Com o crescimento de consumidores endividados no mercado, estudar os fatores que influenciam a propensão ao endividamento é um aspecto relevante, principalmente para as organizações, que precisam adequar o ciclo financeiro e operacional.

Nesse cenário, a facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferenciam o funcionário público dos trabalhadores de outras instituições. Para o funcionário público, é muito mais fácil e, em vários produtos, ainda mais barato, obter crédito. Tal fenômeno ocorre, principalmente, pelo fato de que, para as instituições ofertadoras de crédito, emprego público é sinônimo de renda garantida, implicando em menor risco.

Por outro lado, do ponto de vista do indivíduo que atua na administração pública, tem-se duas questões que são discutidas. A primeira refere-se ao fato de que o servidor pode ter optado pelo emprego público por ser um indivíduo de perfil eminentemente conservador. Este indivíduo, geralmente, escolheu um concurso público para construir sua carreira, principalmente pelo fato de poder alcançar uma estabilidade empregatícia. Se este comportamento conservador prevalecer também em suas decisões de consumo, este grupo deve apresentar uma menor propensão ao endividamento.

A segunda refere-se à situação de sua renda. O funcionário público estável tem uma renda garantida e com baixas variações. Comparativamente à renda do indivíduo que trabalha na iniciativa privada, a renda do funcionário público é mais segura, pois a probabilidade de se tornar um desempregado é inferior à de um funcionário da iniciativa privada. Além disso, a renda é menos volátil, uma vez que, no serviço público, praticamente não há instrumentos de remuneração variável como comissões, décimo quarto salário, remuneração por desempenho, entre outros. Assim, partindo-se do pressuposto de que a propensão ao endividamento está diretamente associada à renda do indivíduo, o funcionário público poderia apresentar uma propensão ao endividamento superior. Portanto, têm-se duas hipóteses alternativas. Na primeira, o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento por ser um indivíduo mais conservador. Na segunda, graças à segurança de sua renda, ele poderia ser propenso ao endividamento.

Algumas evidências sobre o comportamento financeiro dos funcionários públicos brasileiros já podem ser encontradas na literatura. Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) realizaram um estudo sobre o planejamento financeiro e a qualidade de vida dos servidores de Ponta Grossa. Os resultados demonstraram que os servidores possuem dificuldades em formar reservas (poupança), principalmente para questões não controláveis, como aspectos de saúde. Também possuem dificuldade no planejamento de suas finanças pessoais, utilizando altos índices de empréstimo bancário. Furlan (2009) investigou a evolução do crédito consignado na

administração pública do Estado de Roraima e constatou que, a partir de 2003, grande número de servidores públicos aderiu ao empréstimo consignado, após vigorar a Lei n. 10.820 que autorizou a consignação em folha para trabalhadores, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Levando em consideração as possíveis dificuldades financeiras dos servidores e a importância do endividamento para a economia, o presente estudo buscou investigar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos servidores públicos, a fim de conhecer o perfil de seus gastos e o seu comportamento frente às dívidas, educação financeira, materialismo e risco.

O trabalho está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, tem-se o referencial teórico, com os conceitos de endividamento e sobre-endividamento e os fatores determinantes na propensão ao endividamento. A seção três aborda o método de estudo e, a seção quatro, a análise dos resultados e discussões. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade atual apresenta diferenças em relação às gerações passadas, principalmente no que tange aos hábitos de consumo e à tendência ao materialismo. As pessoas estão sendo bem mais valorizadas pelo que possuem ou por aquilo que podem chegar a possuir, devido às facilidades de crédito disponíveis (SILVA, 2008). Conforme os estudos de Slomp (2008), o aumento do crédito e incentivo à compra têm resultado em alto nível de endividamento,

gerando um problema de ordem social, da chamada "sociedade do consumo".

Ferreira (2006) diz que o endividamento compreende assumir ou contrair dívidas, derivando do verbo endividar-se. O Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) complementa a definição, dizendo que o endividamento é um saldo devedor do indivíduo, que pode ser resultado de uma ou mais dívidas (simultaneamente), que são geradas através de capital de terceiros.

Desta forma, Dominguez e Robin (2007) demonstraram a realidade financeira americana, alertando para os problemas que estão sendo desencadeados devido aos altos níveis de endividamento. Segundo os autores, os juros do cartão de crédito equivalem a cerca de 16% a 20% ao ano. Conforme uma pesquisa de opinião publicada no *The Peoples Almanac*, observou-se que as pessoas gastam 23% a mais quando utilizam o cartão de crédito. Porém, o endividamento não tem sido somente um problema para a economia americana. Em Portugal, por exemplo, em menos de vinte anos, a taxa de endividamento (medida em percentagem do rendimento disponível) passou de pouco mais de 18%, em 1990, para 130%, em 2007, uma das mais elevadas de toda a União Europeia (FRADE *et al.*, 2008).

Prosseguindo na busca pelo entendimento dos aspectos financeiros e endividamento, verificou-se outro termo relevante, que é o sobre-endividamento ou superendividamento. Este caracteriza a situação em que o indivíduo é incapaz de pagar as suas dívidas com a renda que recebe. O sobre-endividamento pode acontecer de forma ativa, quando o indivíduo contribui para a dívida, e de

forma passiva, quando não contribui, como, por exemplo, em casos de doença e desemprego (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006; KEESE, 2010). Reifner *et al.* (2010) defendem que os consumidores sobre-endividados devem ser “reciclados” pelo sistema financeiro, permitindo que participem mais uma vez do mercado e da sociedade e não sejam excluídos. Para os autores, é uma ação importante para o consumidor e para a sociedade como um todo, pois a exclusão financeira pode levar à exclusão social, que agrava ainda mais o problema de sobre-endividamento e influencia o ciclo de consumo. Sendo assim, Anderloni e Vandone (2010) dizem que os países desenvolvidos estão interessados em compreender o fenômeno do superendividamento, avaliando a sua extensão, natureza e influência no bem estar da sociedade.

Estudos foram desenvolvidos nesse sentido, buscando mensurar os fatores que influenciam o endividamento, como é o caso de Katona (1975), que apresentou o desejo de gastar; Livingstone e Lunt (1992), que abordaram a influência da renda, classe social e outros aspectos sociodemográficos como influenciadores do endividamento; e de Ponchio (2006), que identificou a relação com gênero, idade e escolaridade. O autor também realizou estudos na área de materialismo, que, com o aumento do consumo, tem se tornado um tema relevante nas questões de endividamento.

FATORES DETERMINANTES NA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO

Nesta seção, foram abordados, de forma mais aprofundada, alguns fatores que contribuem para o endividamento, considerando estudos nacionais e

internacionais. Nesse entendimento, Olivato e Souza (2007), através de uma investigação qualitativa e de uma aplicação quantitativa, apontaram como principais influenciadores do endividamento: o significado do dinheiro, a oneomania, os desejos e as necessidades, o status social e a falta de planejamento. Aplicaram um questionário para 297 respondentes de São Paulo. A maioria dos respondentes demonstrou que a falta de planejamento é a principal questão para o endividamento, seguida do status social. O status social está representado pela necessidade de manter-se em um nível de aceitabilidade social e acompanhar os modismos.

Entre aspectos demográficos e endividamento, destaca-se o estudo de Ponchio (2006), que identificou a relação entre gênero, idade e escolaridade. O estudo apresentou que as mulheres são mais favoráveis à atitude de endividamento do que homens. Analisando a idade, as pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas e, quanto menor o grau de escolaridade do indivíduo, maior é sua tendência a endividar-se.

Outro fator que pode influenciar a propensão ao endividamento consiste no materialismo. Segundo Richins e Dawson (1999, p. 32), *apud* Ponchio, Aranha e Todd (2007), o materialismo pode ser definido como a “importância atribuída à posse e à aquisição de bens materiais no alcance de objetivos de vida ou estados desejados”. Nesse fator, novamente, destacaram-se os estudo de Ponchio, através da adaptação da escala de Richins (2004). O autor utilizou como amostra os consumidores de baixa renda da cidade de São Paulo. Foi constatado que, além de variáveis financeiras,

variáveis comportamentais explicam tal comportamento. Após este estudo, Ponchio e Aranha (2008) desenvolveram outro estudo com um foco semelhante, utilizando dados mais atualizados de famílias que adotam algum plano de parcelamento (descrito no estudo como uso de carnês). Os resultados do estudo demonstram que as variáveis de natureza psicológica, como o materialismo, devem ser consideradas para determinar o comportamento de consumo das pessoas. Até mesmo em uma população com restrições de orçamento, o efeito do materialismo está presente e, segundo os autores, quase duplica a probabilidade de posse de um plano de parcelamento (carnê).

Outro aspecto relevante é a educação ou alfabetização financeira. Como conceito, pode-se dizer que a alfabetização financeira consiste no conhecimento básico e capacidade de decisão financeira, relativas principalmente a contratação de dívidas. Dentro desta perspectiva, Lusardi e Tufano (2009) apresentam que as decisões financeiras relacionadas ao planejamento do futuro (como poupança e aposentadoria) estão cada vez mais complexas e exigem dos indivíduos um nível de alfabetização financeira cada vez mais elevado. Os autores buscaram avaliar, o quanto a população dos Estados Unidos está habilitada a tomar decisões financeiras. Os resultados demonstraram baixos níveis de alfabetização da dívida. Destaca-se o menor conhecimento financeiro entre as mulheres, nos homens mais idosos e nos indivíduos divorciados ou separados.

Tendo como embasamento o estudo de Lusardi e Tufano (2009), Disney e Gathergood (2011) tiveram como objetivo

de pesquisa examinar a relação entre os níveis de alfabetização financeira e o uso de crédito ao consumidor nas famílias do Reino Unido. Aplicaram um questionário estruturado para uma amostra de 2.500 indivíduos. Os resultados encontrados sugerem níveis mais elevados de alfabetização financeira que os encontrados na pesquisa dos Estados Unidos. Os autores perceberam que as pessoas, possuidoras de um nível maior de alfabetização financeira, tendem a assumir dívidas com menores custos, gerando um menor risco de endividamento.

No Brasil, Claudino, Nunes e Silva (2009) investigaram a relação entre educação financeira e endividamento, tendo como unidade de análise os funcionários públicos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Para isso, utilizaram um questionário estruturado que avaliou o nível de endividamento e de educação financeira, através das escalas desenvolvidas por Brusky e Magalhães (2006). Os resultados da pesquisa indicaram que o nível de educação financeira dos servidores é insuficiente e que as principais deficiências correspondem a: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial.

O risco também é um fator relacionado ao endividamento. Em um estudo na Alemanha, Keese (2010) avaliou a percepção do risco, verificando os traços de personalidade dos respondentes. Realizou uma pesquisa *survey* com as famílias, medindo o risco através de uma escala de 11 pontos (onde zero corresponde a aversão ao risco e, dez, a tolerância ao risco). O risco mostrou-se

representativo nos testes de covariância, mas não influenciou significativamente as questões subjetivas de endividamento. No entanto, merece mais investigações, pois autores defendem a sua relação com a tomada de decisão financeira, como é o caso de Garling *et al.* (2009). No Brasil, Nogueira (2009) desenvolveu um estudo para avaliar as diferenças de tolerância ao risco em casais, utilizando uma escala de quatro pontos, criada por Gilliam, Goetz e Hampton (2008). Os resultados encontrados neste trabalho apresentam os maridos com um nível maior de tolerância ao risco do que as esposas. Além disso, o nível educacional mostrou-se relacionado com o risco, ou seja, quanto maior o nível educacional, maior a tolerância ao risco.

Partindo-se da literatura existente e dos fatores de propensão ao endividamento que foram elucidados anteriormente, deve-se ter a consciência de que os estudos na linha de finanças comportamentais estão em desenvolvimento. Sendo assim, outros fatores poderão ser abordados posteriormente, tanto na questão micro quanto macro.

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, quantitativa e descritiva. Collis e Hussey (2005) dizem que a pesquisa descritiva avalia e descreve características específicas, através da coleta, análise e armazenagem dos dados. Realizou-se um corte transversal, com uma estratégia de levantamento de dados: o *survey*. Como instrumento de coleta de dados adotou-se o questionário. A população alvo do estudo compreendeu os servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria. Considerando o período de realização da

pesquisa (novembro de 2011), verificou-se que a universidade possui 1.698 docentes e 2.685 técnicos administrativos, totalizando 4.383 servidores. Como a população é ampla, o estudo adotou o processo de amostragem e considerou-se a amostragem probabilística. Segundo Silva (2004, p. 24), "a amostragem probabilística caracteriza-se por garantir, *a priori*, que todo elemento pertencente ao universo de estudo possua probabilidade, conhecida e diferente de zero, de pertencer à amostra sorteada". Sendo assim, foram confeccionados cerca de 600 questionários, distribuídos aleatoriamente no campus da universidade durante a primeira semana de novembro de 2011. Após, transcorrido o período destinado à resposta (uma semana), o estudo iniciou a coleta dos questionários. Neste entendimento, notou-se uma taxa baixa de resposta, que não alcançou a amostra adequada para um erro de 5%. Com isso, ampliou-se o período de resposta, considerando mais uma semana, que foi suficiente para alcançar um erro amostral de 6,1%, totalizando uma amostra de 246 servidores (entre docentes e técnicos administrativos).

O instrumento de coleta de dados está estruturado em seis partes. A parte inicial contém doze questões que buscam identificar o perfil dos respondentes, por meio de aspectos como idade, gênero, estado civil, renda, escolaridade, tempo de serviço público, entre outros. A segunda parte buscou identificar o perfil da dívida, considerando seis questões sobre os tipos de dívidas, as razões para a dívida, os gastos, entre outros. Após, verificou-se o nível de educação financeira dos respondentes. Para isso, utilizou-se uma escala do tipo Likert, de

cinco pontos. Esta escala foi desenvolvida originalmente por Chen e Volpe (1998), os quais avaliaram a educação financeira pessoal de 924 estudantes de ensino superior nos Estados Unidos. No Brasil, foi validada por Matta (2007). A análise da escala é realizada por meio de uma pontuação. De acordo com a pontuação obtida, os casos são classificados em baixo nível de conhecimento (abaixo de 60% da pontuação máxima), nível médio de conhecimento (entre 60% e 79% da pontuação máxima) e alto nível de conhecimento sobre finanças pessoais (acima de 80% da pontuação máxima).

Na próxima seção, foram consideradas as questões de endividamento, a partir de uma escala quantitativa de atitude ao endividamento desenvolvida por Denegri *et al.* (1999), *apud* Silva (2008). A escala foi validada originalmente através de uma pesquisa com 1.174 adultos da cidade multifinanceira de Temuco, no Chile e, no Brasil, por Silva (2008).

Para definir o nível de materialismo, o questionário empregou a escala de Moura (2005), composta por nove questões. A última etapa teve como foco a análise do risco que os indivíduos estão dispostos a assumir. São consideradas duas escalas: percepção e comportamento de risco, criadas por Weber *et al.* (2002) e validadas por Paulino (2009). Para fins deste estudo, foram selecionadas as questões que abrangem o risco financeiro.

Para a análise dos dados, utilizaram-se dois softwares: SPSS 17.0® e Gretl 1.9.5®. Realizou-se a estatística descritiva dos resultados. Para análise de confiabilidade das escalas utilizadas no questionário, adotou-se o *Alfa de Cronbach*. Essa medida é utilizada para verificar a consistência interna e pode

ser aplicada a escalas de itens com dois ou mais valores. Para garantir a confiabilidade, o *Alfa de Cronbach* deve possuir um valor superior a 0,7 (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004; HAIR *et al.*, 2007).

A segunda análise correspondeu aos testes não paramétricos de diferença de mediana, sendo o teste de Mann Whitney para até dois grupos, e o teste de Kruskal Wallis para mais de dois grupos. Ambos os testes possuem como hipótese nula: "não existem diferenças significativas entre os grupos" (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004).

Por fim, realizou-se a análise de regressão múltipla, tendo a propensão ao endividamento como variável dependente e a educação financeira, o materialismo, a percepção de risco e o comportamento de risco financeiro como variáveis independentes. A Equação 1, a seguir, ilustra a relação que se buscou mensurar. Para estimar a regressão, adotou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Hair *et al.* (2007) dizem que o método dos mínimos quadrados assegura que uma linha reta representará a relação mais adequada entre as diversas variáveis independentes e a única variável dependente.

PEND

$$\beta_1 + \beta_2 ef + \beta_3 mat + \beta_4 rf1 + \beta_5 rf2 + u_i \quad (1)$$

onde:

PEND = propensão ao endividamento.

β_1 = intercepto.

$\beta_2 ef$ = variável independente para mensurar a educação financeira.

$\beta_3 mat$ = variável independente para

mensurar o materialismo.

β_4rf1 = variável independente para mensurar a percepção de risco financeiro.

β_5rf2 = variável independente para mensurar o comportamento de risco financeiro.

u_i = erro.

Após a análise de regressão linear múltipla, deve-se verificar o valor de R^2 , ou coeficiente de determinação múltiplo, utilizado, conforme Hair *et al.* (2007, p. 327), para “representar a quantidade de variação na variável dependente explicada pelas variáveis independentes combinadas”. O valor de R^2 possui limites entre $0 < R^2 > 1$.

Para verificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolineariedade e homocedasticidade do modelo, utilizaram-se os testes de Kolmogorov-Smirnov (KS), Durbin Watson (DW), Fator Inflação (FIV) e Teste Qui-Quadrado, respectivamente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já mencionado nas seções anteriores, a população alvo do estudo compreendeu os servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria, sendo 246 servidores a amostra estudada. Considerou-se um erro de 6,1%, devido à taxa de resposta alcançada. A referida amostra foi caracterizada a partir de questões mais quantitativas, como a idade e questões qualitativas da seção inicial do questionário.

Quanto à idade, percebe-se que a média encontrada foi de 44 anos, com uma mediana de 46 anos e um desvio padrão de 10,2. No que se refere ao gênero e estado civil, 51,6%

pertencem ao sexo feminino e a maioria dos respondentes possui um cônjuge (61% do total). Tendo em vista o número de dependentes, que poderiam ser filhos, maridos/esposas ou demais pessoas que dependem da renda do servidor, observou-se que 39,5% dos respondentes não possuem nenhum dependente, sendo este resultado semelhante na análise da variável filho (32% dos respondentes não possuem filhos).

Em busca da compreensão do ambiente familiar dos respondentes, os mesmos foram questionados sobre a situação da residência e os respectivos moradores. Com isso, 64,6% possuem moradia própria e apontaram que dividem a moradia com o cônjuge (marido ou esposa), através de um percentual de 64,8. Este resultado corrobora o que foi encontrado no estado civil, ou seja, a maioria dos respondentes é casada. Também destacaram dividir a moradia com os filhos (56,7%).

Ainda na fase de caracterização dos respondentes, foram avaliadas questões relacionadas à escolaridade, tanto dos servidores como de seus familiares, uma vez que o grau de escolaridade pode ser importante no entendimento do nível de educação financeira. Quanto à escolaridade dos servidores, nota-se que 83,3% possuem ensino superior completo. Avaliando a escolaridade dos pais, verifica-se que tanto as mães (36,9%) como os pais (39,6%) dos respondentes possuem, em sua maioria, ensino fundamental incompleto, ilustrando um nível de escolaridade mais baixo que dos seus filhos.

Em um segundo momento, os servidores foram questionados quanto aos aspectos de seu ambiente profissional. Considerando o tempo em que são

servidores da instituição, nota-se que, em média, o mesmo é de 15 anos, com uma mediana de 17 anos e um desvio padrão de 11,6. Buscou-se, ainda, compreender o motivo de escolha do trabalho, o cargo e o regime de trabalho, pois são questões que podem influenciar o endividamento, através da percepção de risco. Em suma, os indivíduos que preferem uma situação de estabilidade podem investir sua renda em opções mais seguras, pois, *a priori*, já apresentam um comportamento mais conservador em relação ao risco. No motivo de escolha do trabalho, o aspecto mais destacado é a estabilidade (51,1% do total). Outra

informação relevante é o cargo que os servidores exercem na universidade. Nota-se que mais da metade (70,1%) são técnicos administrativos. Para finalizar a seção sobre os aspectos de trabalho, os respondentes foram questionados quanto ao regime de trabalho, observando-se que 75,2% possuem um regime de 40 horas.

Em seguida, buscou-se analisar o perfil dos gastos, através de variáveis como a renda familiar, a existência de dívidas, o atraso das mesmas, o motivo que levou os servidores a contrair dívidas, etc. Os resultados encontrados nesta seção são demonstrados na TAB. 1.

TABELA 1 - Caracterização dos gastos segundo as variáveis: renda líquida familiar, posse de dívidas, tipos de dívidas, atraso das dívidas, principal razão para a dívida e gastos

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Renda Líquida Familiar	De R\$ 1.030,00 a R\$ 2.665,00	25	10,2
	De R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00	63	25,8
	De R\$ 4.300,01 a R\$ 5.935,00	43	17,6
	De R\$ 5.935,01 a R\$ 7.570,00	40	16,4
	De R\$ 7.570,01 a R\$ 9.205,00	27	11,1
	De R\$ 9.205,01 a R\$ 10.840,00	18	7,4
	De R\$ 10.840,01 a R\$ 12.475,00	12	4,9
	Acima de R\$ 12.475,01	16	6,6
Você possui dívidas?	Não	79	33,5
	Sim	157	66,5
Quais os tipos?	Cheque especial	28	15,0
	Financiamento de bem móvel	60	24,4
	Cartão de crédito	67	27,2
	Financiamento de bem imóvel	51	20,7
	Empréstimo rural	3	1,2
	Crediário	55	22,4
	Empréstimo pessoal	51	20,7
	Outro	7	2,8

Essas dívidas estão em atraso?	Não	169	92,9
	Sim	13	7,1
Principal razão	Falta de planejamento	8	6,1
	Desemprego ou queda na renda	3	2,3
	Alta propensão ao consumo	4	3,0
	Alta taxa de juros	1	0,8
	Empréstimo do nome	1	0,8
	Problemas de saúde	1	0,8
	Má gestão orçamentária	7	5,3
	Facilidade de acesso ao crédito	39	29,5
	Baixa taxa de juros	14	10,6
	Ausência de desconto à vista	18	13,6
	Outro	36	27,3
Com relação aos seus gastos	Gasto mais do que ganho	21	8,8
	Gasto igual ao que ganho	77	32,4
	Gasto menos do que ganho	140	58,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Sobre a renda líquida familiar dos respondentes, 25,8% encontram-se na faixa de renda de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00. Observa-se que esta faixa de renda é razoável, considerando que 39% dos respondentes não possuem dependentes e 32% não possuem filhos. Portanto, em grande parte, a renda seria dividida entre duas pessoas, o servidor e seu cônjuge, pois 61% são casados.

Com relação aos gastos, 66,5% admitiram possuir algum tipo de dívida, sendo que os principais tipos de dívidas assumidas correspondem, respectivamente, a: cartão de crédito (27,2%), financiamento de bem móvel (24,4%) e crediário (22,4%). Este resultado corrobora com os resultados da pesquisa mensal de endividamento do

consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de abril 2011, ou seja, que mais da metade dos entrevistados está endividado devido ao uso de cartão de crédito.

Ainda neste cenário, destaca-se que 92,9% dos respondentes apontam que as dívidas não estão em atraso. A principal razão para as dívidas foi a facilidade de acesso ao crédito, com um percentual de 29,5. A opção outros foi a segunda mais assinalada (27,3%), sendo que se destacaram principalmente os investimentos, como a aquisição da casa própria e o investimento no ensino superior. Com relação aos gastos, os respondentes mostram que gastam menos do que ganham, com um percentual de 58,8%. Pode-se verificar que, apesar de

possuírem dívidas, as mesmas não estão em atraso e não ultrapassam a renda que os servidores recebem. Após, os respondentes foram indagados a respeito da alocação de seu patrimônio. Nesta questão, os mesmos deveriam apontar o percentual de seu patrimônio investido em ações, renda fixa, imóveis, conta corrente, poupança e compra de moeda estrangeira.

Considerando os resultados, percebeu-se que em média, a maior parte do patrimônio está investida em imóveis, equivalendo a 69%. Este resultado mostra um perfil mais conservador perante o risco, pois as alternativas mais arriscadas (ações e compra de moeda estrangeira) atingiram os menores percentuais. A conta corrente foi a segunda alternativa a obter maior percentual, correspondendo a

42,89% do patrimônio dos respondentes. A alternativa que destacava outros investimentos totalizou uma média de 27,09, apontando principalmente os automóveis.

Após conhecer o perfil da amostra de servidores, o presente estudo buscou investigar os demais aspectos (endividamento, materialismo, risco e educação financeira) por meio de escalas quantitativas. Assim, primeiramente verificou-se a confiabilidade dessas escalas, pela coerência interna (*Alfa de Cronbach*). O valor do alfa varia de 0 a 1, sendo que o valor mínimo para garantir confiabilidade é de 0,7 (HAIR *et al.*, 2007). As escalas e os respectivos valores dos coeficientes estão apresentados na TAB. 2.

TABELA 2 - Confiabilidade das escalas quantitativas através do Alfa de Cronbach

Escala	Fator	Variáveis	Alfa de Cronbach
Escala de Percepção de Risco	Percepção do Risco Financeiro	61 a 65	0,823
Escala de Comportamento de Risco	Comportamento frente ao Risco Financeiro	66 a 70	0,749
Escala de Materialismo	Materialismo	52 a 60	0,852
Escala de Educação Financeira	Educação Financeira	22 a 40	0,848
Escala de Atitude ao Endividamento	Endividamento	43, 44, 46, 47, 48, 49, 50	0,745

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando os resultados, as escalas de percepção de risco, comportamento de risco, materialismo e educação financeira alcançaram um alfa desejável, sem a remoção de nenhuma variável. As escalas foram avaliadas conforme as intensidades de associação definidas por Hair *et al.* (2007), sendo que as escalas de percepção de risco, materialismo e educação financeira alcançaram uma intensidade de associação muito boa (de 0,8 a 0,9), enquanto que a escala de comportamento de risco obteve uma associação boa (0,7 a 0,8). Por outro lado, a escala de endividamento obteve um alfa considerável, mas somente com a exclusão de quatro variáveis (41, 42,

45 e 51). Após a retirada das mesmas, o alfa resultou em uma associação boa (0,7 a 0,8). Com base nas confiabilidades encontradas, as variáveis das escalas foram transformadas em fatores, a partir da média dos resultados. Assim, por exemplo, para cada respondente foi calculado o fator percepção do risco financeiro a partir da média das respostas atribuídas às questões 61, 62, 63, 64 e 65, que formam esse fator. O mesmo procedimento foi adotado para o comportamento frente ao risco financeiro, o materialismo, a educação financeira e a atitude frente ao endividamento. A estatística descritiva dos fatores criados é apresentada na TAB. 3.

TABELA 3 - Estatística descritiva dos fatores construídos: educação financeira, endividamento, materialismo, percepção de risco financeiro e comportamento frente ao risco financeiro

Fator	Média	Mediana	Desvio Padrão
Educação Financeira	3,18	3,21	0,467
Endividamento	1,62	1,57	0,391
Materialismo	3,05	3,00	0,460
Percepção de Risco Financeiro	4,16	4,20	0,719
Comportamento frente ao Risco Financeiro	1,73	1,60	0,598

Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerando que a escala variava de um (1) a cinco (5), observa-se que, em média, os entrevistados apresentaram baixa propensão ao endividamento e um comportamento frente ao risco muito conservador. Por outro lado, a percepção de risco financeiro é elevada e a incidência do materialismo e da educação financeira foi moderada.

Para a educação financeira, realizou-se outro procedimento, além da criação do fator. Foi calculado o nível de educação financeira dos respondentes. Foram consideradas as 19 questões, sendo 19 a pontuação mínima e, a máxima, 76. Conforme os procedimentos de Chen e Volpe (1998), há três níveis: baixo nível de conhecimento (abaixo de 60% da pontuação máxima), nível médio de conhecimento (entre 60% e 79% da pontuação máxima) e alto nível de conhecimento sobre finanças pessoais (acima de 80% da pontuação máxima). No estudo, o baixo nível considerou uma pontuação de até 45. O nível médio, de 46 a 60, e o nível alto, acima de 61 pontos.

Realizando a pontuação dos servidores, notou-se que 9,8% deles possuem um baixo nível de educação financeira. No nível médio, encontram-se 44,2% dos servidores e, no nível alto, tem-se a maior parte dos respondentes: 46% dos servidores. Em suma, os servidores da instituição possuem um bom nível de educação financeira, pois a maior parte está localizada no intervalo de pontuação média-alta.

Tendo em vista as possíveis relações existentes entre a propensão ao endividamento e as variáveis utilizadas no estudo, foram realizados testes não paramétricos para identificar as diferenças existentes entre os grupos. Para dois grupos, foi aplicado o teste de Mann Whitney (1) e, para mais de dois grupos, o teste de Kruskal Wallis (2).

Num primeiro momento, foram testadas as diferenças dos grupos em relação à educação financeira, endividamento, percepção de risco e comportamento de risco financeiro. Os resultados são apresentados na TAB. 4.

TABELA 4 - Valor e Significância dos Testes de Mann Whitney (1) e Kruskal Wallis (2) para a educação financeira, endividamento, percepção de risco financeiro e comportamento frente ao risco financeiro, segundo as variáveis: gênero, estado civil, escolaridade, moradia, cargo, renda líquida familiar e dívidas

Educação Financeira			Endividamento		
Grupos	Valor	Sig.	Grupos	Valor	Sig.
Gênero (1)	4446,0	0,143	Gênero (1)	6624,0	0,395
Estado Civil (2)	4,0	0,254	Estado Civil (2)	5,0	0,165
Escolaridade (2)	1,4	0,694	Escolaridade (2)	3,6	0,300
Moradia (2)	11,4	0,009	Moradia (2)	5,3	0,149
Cargo (2)	3,9	0,680	Cargo (2)	5,1	0,529
Renda Líquida (2)	10,4	0,162	Renda Líquida (2)	13,7	0,057
Dívidas (1)	2484,5	0,000	Dívidas (1)	4029,5	0,000
Percepção de Risco Financeiro			Comportamento Frente ao Risco		
Grupos	Valor	Sig.	Grupos	Valor	Sig.
Gênero (1)	6801,0	0,294	Gênero (1)	6588,5	0,258
Estado Civil (2)	8,0	0,045	Estado Civil (2)	1,4	0,695
Escolaridade (2)	3,9	0,411	Escolaridade (2)	7,0	0,072
Moradia (2)	9,4	0,024	Moradia (2)	5,1	0,163
Cargo (2)	2,5	0,860	Cargo (2)	3,3	0,762
Renda Líquida (2)	13,8	0,054	Renda Líquida (2)	9,0	0,249
Dívidas (1)	5721,0	0,552	Dívidas (1)	5001,0	0,060

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base nos resultados da TAB. 4, constatou-se que não há diferença na educação financeira segundo o gênero, estado civil, escolaridade, cargo e renda líquida familiar. Porém, outros dois grupos apresentaram: a moradia e o grupo composto pelo perfil das dívidas, ou seja, quem possuía ou não alguma dívida. O grupo moradia é formado por 4 categorias: própria, alugada, financiada ou outro tipo, sendo que os servidores com moradia própria possuem a maior mediana (3,26) em relação à educação financeira. Os servidores com moradia financiada possuem as menores medidas, com uma mediana de 3,02. Quanto à dívida,

a maior mediana foi para os servidores que não possuem dívida (3,42). Estes resultados corroboram com o estudo de Claudino, Nunes e Silva (2009), no qual os autores mostram que, quanto maior o nível de educação financeira, menor o nível de endividamento, fazendo com que o grupo de servidores, que não possuem dívidas, obtenha as maiores medianas.

Quanto aos resultados do fator endividamento, percebe-se que os grupos formados pelas rendas dos servidores e por aqueles que possuem ou não dívidas foram os únicos a apresentar diferenças. A faixa de renda de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00 apresentou a maior mediana

(1,71) e a faixa de maior valor salarial (acima de R\$ 12.475,01) a menor mediana, ou seja, 1,35. Este resultado demonstrou que os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições orçamentárias. Quanto ao grupo formado pelas dívidas, os resultados mostram que aqueles que possuem dívidas tem um maior nível de endividamento, pois obtiveram a maior mediana (1,71) em relação àqueles que não possuem dívidas.

Na percepção de risco financeiro, verificou-se que existe diferença conforme o estado civil, a moradia e a renda líquida familiar. Quanto ao estado civil, o grupo de servidores separados e o grupo de servidores casados apresentam os mesmos resultados, que correspondem aos maiores (mediana de 4,40). Os servidores solteiros tem a menor mediana, de 4,20. A literatura apresenta que o estado civil é uma das questões mais relacionadas com o risco financeiro. No entanto, não existe um consenso de qual é a sua real influência nas decisões financeiras que envolvem risco. Uma corrente aponta que os indivíduos

solteiros são mais tendentes ao risco, por não terem estabelecido ainda um compromisso, como família, filhos, etc. Por outro lado, alguns apontam que os casados seriam mais propensos ao risco, pois teriam maior capacidade de absorver resultados negativos (NOGUEIRA, 2009). A moradia também apresentou diferença, sendo que os servidores que possuem casa própria alcançam a maior mediana, que equivale a 4,40. Houve diferença de percepção de risco nos níveis de renda líquida familiar, sendo que a faixa de R\$ 10.840,01 a R\$ 12.475,00 obteve a maior mediana (4,40).

Nota-se que, quando se verificou a percepção de risco, alguns grupos mostraram diferenças. Porém, quando se buscou compreender o comportamento de risco, nenhum dos grupos apresenta diferença. Constatou-se que, ao perceber o nível de risco, os servidores têm opções distintas, enquanto que, ao realizar uma decisão mais prática, ou seja, assumir riscos, apresentam comportamentos semelhantes. Por fim, foram testadas as diferenças no fator materialismo.

TABELA 5 - Valor e Significância dos Testes de Mann Whitney (1) e Kruskal Wallis (2) para o materialismo, segundo as variáveis: gênero, estado civil, escolaridade, moradia, cargo, renda líquida familiar e dívida

Grupos	Valor	Sig.
Gênero (1)	5466,5	0,017
Estado Civil (2)	0,9	0,812
Escolaridade (2)	1,2	0,870
Moradia (2)	5,8	0,120
Cargo (2)	9,7	0,135
Renda Líquida (2)	8,6	0,280
Dívida (1)	4832,0	0,114

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados apontam não existir diferença no estado civil, na escolaridade, na moradia, no cargo, renda líquida familiar e no perfil das dívidas. Porém, ao verificar o gênero, nota-se que existe diferença, sendo que os homens apresentam a maior mediana (3,11). Esse resultado pode estar relacionado com as preferências de compras do sexo masculino, que na maioria das vezes investe em bens de alto valor agregado, como automóveis e imóveis. A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), investigou a despesa total média das famílias, considerando a pessoa de referência da família. Os resultados mostram que as famílias que possuem uma pessoa de referência do sexo masculino gastam 7% a mais que aquelas gerenciadas por uma pessoa do sexo feminino. Os principais gastos dessas famílias estão relacionados à aquisição de

veículos e aumento do ativo. Na aquisição de veículos os homens gastam cerca de R\$ 213,34 de sua renda média mensal, enquanto que as mulheres gastam R\$ 110,88. No aumento do ativo, percebe-se novamente o maior gasto dos homens, com cerca de R\$ 168,32. Considerando as implicações da pesquisa, nota-se que os homens tendem a um comportamento mais materialista, preocupando-se mais com a aquisição de bens e aumento do ativo.

Finalmente, realizou-se uma análise de regressão múltipla, em que a propensão ao endividamento representa a variável dependente. As variáveis independentes consideradas na análise foram: percepção de risco, comportamento de risco, materialismo e educação financeira. Para a estimação do modelo, optou-se pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), sendo o melhor modelo descrito na TAB. 6.

TABELA 6 – Modelos dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

Modelo	Coeficientes	Teste t		VIF
		Valor	Significância	
Constante	3,213	9,355	0,000	
Percepção de Risco	-0,140	-1,991	0,048	1,084
Educação Financeira	-0,361	-5,136	0,000	1,082

Fonte: Dados da Pesquisa.

O resultado apresenta duas variáveis independentes, com um R^2 ajustado de 0,134, ou seja, as variáveis independentes explicam 13,4% da variável dependente, representada pela propensão ao endividamento. As demais variáveis independentes, que foram destacadas anteriormente, não estão no modelo, pois não apresentaram coeficientes significativos. O teste F atingiu um valor de 8,330 com significância de 0,000, demonstrando que o modelo é significativo como um todo.

Quanto à autocorrelação serial, nota-se que a mesma não está presente no modelo, pois o teste de Durbin Watson (DW) possui um coeficiente de 1,924, encontrando-se dentro do intervalo considerado adequado ($1,7557 < d < 2,243$). Para verificar a multicolinearidade, utilizaram-se os índices VIF, que, como demonstrado anteriormente, ficaram próximos de 1, confirmando a ausência de multicolinearidade.

Analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste Kolmogorov-Smirnov (sig. 0,200) e o teste de Shapiro Wilk (sig. 0,349). Em ambos os testes, aceita-se a hipótese nula, que afirma que os resíduos possuem uma distribuição normal. No que se refere à homocedasticidade ou heterocedasticidade dos resíduos, realizou-se um teste Qui-Quadrado. O teste apontou um p-valor de 0,233, não ultrapassando o valor crítico (0,629), ou seja, aceitando a hipótese nula de que os resíduos são homocedásticos.

Após a conclusão dos testes, pode-se afirmar que o modelo de regressão está adequado, sendo possível analisar os coeficientes, que se mostraram negativos, tanto na percepção de risco quanto na

educação financeira. Verificou-se uma relação contrária, que corrobora a teoria, na qual, quanto maior a percepção de risco, menor será o endividamento e vice-versa. A educação financeira pressupõe a mesma relação, ou seja, quanto maior o nível de educação financeira, menor a propensão ao endividamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento do servidor público da Universidade Federal de Santa Maria. Foram consideradas duas hipóteses: na primeira, o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento por ser um indivíduo mais conservador. Na segunda, graças à segurança de sua renda, ele poderia ser propenso ao endividamento, apresentando maiores níveis de investimento e um comportamento mais tendente ao risco. Utilizou-se um questionário estruturado, observando-se uma amostra de 246 servidores, com uma confiabilidade de 94%. Quanto ao perfil, notou-se que a maioria pertence ao gênero feminino, é casada, possui moradia própria e não possui nenhum dependente e nenhum filho. Quanto ao trabalho, a maioria dos respondentes ocupa o cargo de técnico administrativo e escolheu a profissão devido à estabilidade. Já se percebe um perfil menos tendente ao risco, voltado para a estabilidade empregatícia, que pressupõe uma renda fixa, capaz de garantir o investimento em bens de maior valor, como é o caso da residência própria, apontada como principal tipo de moradia dos servidores. Analisando

o nível de escolaridade, devido a sua relação com a educação financeira e, conseqüentemente, com a propensão ao endividamento, constatou-se que mais da metade possui ensino superior completo (83,3%), o que representa um nível de escolaridade satisfatório. Já na educação financeira, 46% dos servidores alcançaram um nível alto de conhecimento em finanças pessoais.

Em relação aos gastos pessoais, a maioria dos servidores possui dívidas e tem uma renda líquida mensal familiar que varia de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00. No entanto, as dívidas não estão em atraso e não superam a renda mensal. O principal tipo de dívida foi o cartão de crédito e a principal razão para assumir dívidas foi a facilidade de acesso ao crédito. Além de possuírem uma renda fixa, os servidores têm facilidades de acesso ao crédito, conforme já destacado por Furlan (2009), ao demonstrar a Lei n. 10.820. Sobre a alocação de seu patrimônio, aplicam em imóveis ou mantêm seus rendimentos na conta corrente, representando um perfil de investimento conservador. Os ativos com maior nível de risco (ações e compra de moeda estrangeira) têm os menores percentuais.

Para as escalas, testou-se o *Alfa de Cronbach*, que foi satisfatório, permitindo a criação dos fatores, através da média das respostas. Na análise dos mesmos, notou-se que, em relação ao endividamento, os servidores apresentaram uma média baixa, de 1,62. Este resultado confirma o que foi encontrado no perfil das dívidas, em que a maioria dos servidores mostrou possuir dívidas, ressaltando-se que as mesmas não estão em atraso e não ultrapassam a renda, gerando uma

baixa propensão ao endividamento. No que tange ao risco, verificou-se que a percepção de risco dos servidores é alta, enquanto seu comportamento frente ao risco financeiro apresenta uma média baixa, demonstrando um comportamento bem conservador, sendo muito improvável decisões de alto risco financeiro. Na educação financeira e materialismo, os resultados são moderados, com um comportamento indiferente.

As diferenças de medianas entre os grupos mostraram haver diferença na educação financeira, segundo a moradia e as dívidas. Na dívida, a maior mediana foi para os servidores que não as possuem. Esse resultado demonstra que os servidores que assumem não possuir dívidas tendem a obter maiores níveis de educação financeira, resultado já esperado, conforme mostra a teoria. Para o endividamento, existe diferença na renda líquida familiar e na posse de dívidas. Novamente, os resultados estão de acordo com a teoria, apresentando uma mediana maior para os servidores que possuem dívidas. Para o materialismo, houve diferença no gênero, sendo os homens mais materialistas. Esse resultado pode estar relacionado com as perspectivas de compra dos homens, priorizando a aquisição de bens com valor agregado mais alto, como os automóveis. A percepção de risco também foi diferente conforme o estado civil, a moradia e a renda líquida familiar. O grupo de servidores separados e o grupo de servidores casados apresentam os mesmos resultados, que correspondem aos maiores. Os servidores solteiros têm a menor mediana. A teoria apresenta um impasse. De um lado, os indivíduos

solteiros teriam uma percepção de risco mais tendente, pois não assumiram um compromisso familiar. Por outro lado, tem-se que os indivíduos casados podem ser mais tendentes ao risco, devido à segurança que a família proporciona. No caso do estudo, seria confirmada a primeira hipótese, pois os indivíduos casados apresentaram uma maior mediana que os solteiros, percebendo um risco extremo na maioria das alternativas apresentadas. O último fator testado foi o comportamento frente ao risco financeiro. Neste fator, nenhum dos grupos apresentou diferença de mediana.

Após, estimou-se uma regressão múltipla, com um modelo adequado e um R^2 ajustado de 13,4%. Os coeficientes padronizados apresentam sinais negativos, que estão de acordo com a teoria, confirmando uma relação contrária. O fator de percepção de risco alcançou um coeficiente de -0,140, que nos indica que, quanto menor a percepção de risco financeiro, maior o nível de propensão ao endividamento e vice-versa. O fator de educação financeira também resultou em um coeficiente negativo, de -0,361, com a mesma relação (quanto maior o nível de educação financeira, menor a propensão ao endividamento). Conforme citado anteriormente, estes resultados são corroborados por diversos estudos (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; LUSARDI; TUFANO, 2009; ANDERLONI; VANDONE, 2010; DISNEY; GATHERGOOD, 2011; GATHERGOOD, 2011).

De maneira geral, este trabalho mostrou que os servidores da UFSM podem ser caracterizados a partir de um comportamento mais conservador, corroborando a primeira hipótese do

trabalho, em que o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento. Esse comportamento foi confirmado, primeiramente, pela escolha do trabalho, em que mais da metade dos respondentes assinalou a estabilidade. Após, demonstraram possuir dívidas, devido à facilidade de acesso ao crédito. Porém, as dívidas assumidas não estão em atraso, não ultrapassam a renda mensal dos servidores e o seu nível de endividamento foi baixo. Além disso, o patrimônio está investido em imóveis e na conta corrente, representando os ativos de menor risco. No materialismo, os resultados foram estáveis, sendo que os homens mostraram-se mais materialistas. Sobre a educação financeira, os servidores alcançaram um bom nível (que foi de médio a alto), conforme a classificação definida por Chen e Volpe (1998). As maiores pontuações foram alcançadas nas questões que envolviam a gestão financeira e utilização de crédito. Os menores resultados foram no investimento e poupança, aspecto apontado como uma dificuldade dos servidores públicos, por meio do estudo de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008).

Ressalta-se, entretanto, que o estudo teve algumas limitações, principalmente no que tange à amostra alcançada. Conforme mencionado, o período de coleta de dados foi estendido, buscando-se alcançar um maior nível de servidores. Além disso, por tratar de questões voltadas ao aspecto financeiro, alguns respondentes podem ter ocultado algumas informações, limitando a análise. Porém, essa é uma limitação mais relacionada ao instrumento de coleta de dados, o questionário.

Diante do exposto, para uma melhor análise da influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento, sugere-se a investigação de mais fatores, além da realização de outros testes e métodos, como

correlação e modelagem de equações estruturais. Além disso, sugere-se a ampliação da amostra, a fim de considerar outros servidores, não somente os da Universidade Federal de Santa Maria.



REFERÊNCIAS

- ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors. In: **Social Science Research Network**, [S. l.], 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 27 abr. 2011.
- BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à Estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. In: **International Labour Office**, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.
- BURNHAM, T. **A emoção é inimiga do dinheiro**: invista com racionalidade e obtenha lucros excepcionais. São Paulo: Editora Gente/Editora Senac, 2010.
- CHEN, H; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.
- CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 2011. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2011.
- DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. **Financial Literacy and Indebtedness**: New Evidence for UK Consumers. In: ECONPAPERS, 2011. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11_2f05.htm> Acesso em: 09 set. 2011.
- DOMINGUEZ, J.; ROBIN, V. **Dinheiro e Vida**: mude a sua relação com o dinheiro e obtenha a independência financeira. São Paulo: Cultrix, 2007.
- DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. **The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences**. In: SOCIAL SCIENCE RESEARCH NETWORK, 2007. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 25 abr. 2011.
- FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson IOB, 2006.
- FRADE, C. *et al.* **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. 2008. Relatório Final. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra. Portugal, 2008. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/452_relatorio_proj_regulacao_consumo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- FURLAN, R. C. **A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima**: aspectos econômicos e jurídicos. 2009. 172 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

GARLING, T. *et al.* Psychology, Financial Decision Making, and Financial Crises. **Psychological Science in the Public Interest**, [S. l.], v. 10, n.1, p. 1-47, 2009.

HAIR, J. F. J. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2007.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R. HILGEMBERG, E. M. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DO GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS, 1.. 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: [s. n.], 2008. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/...financeira.../o_planejamento.pdf>. Acesso em: 17 de dez. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2011.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, [S. l.], v. 47, n. 2, p. 263-292, Mar. 1979.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.

KEESE, M. **Who Feels Constrained by High Debt Burdens?** – Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. In: SOCIAL SCIENCE RESEARCH NETWORK, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>. Acesso em: 08 maio 2011.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. Predicting personal debt and

debt repayment: psychological, social and economic determinants. **Journal of Economic Psychology**, [S. l.], v. 13, p. 111-134, 1992.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Debt Literacy, Financial Experiences, and Over-indebtedness**. In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, Cambridge, 2009. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14808.pdf>. Acesso em: 04 set. 2011

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOREIRA, A. S. **Valores e dinheiros**: um estudo transcultural da relação entre prioridades de valores e significado do dinheiro para indivíduos. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000. No prelo.

MOREIRA, A. S.; TAMAYO, A. Escala de significado do dinheiro: desenvolvimento e validação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 93-105, 1999.

MOURA, A. G. **Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

NICÁCIO SILVA, S. B. C. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção do endividamento**

de estudantes de pedagogia. 2008. 332 F. Tese (Doutorado Em Educação) - Faculdade De Educação Da Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2008

NOGUEIRA, R. C. G. **Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares**. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fev. 2002. Disponível em: <http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2011.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. B. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 1.; ENCONTRO CIENTÍFICA DE EDUCAÇÃO DA UNISALESIANO, 1., 2007, Lins. **Anais...** Lins: [s. n.], 2007. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

PAULINO, J. A. **Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering into installment plan agreements. **Journal of Consumer Behaviour**, [S. l.], v. 7, p. 21-34, 2008.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F.; TODD, S. Estudo exploratório do construto de materialismo no contexto de consumidores de baixa renda do município de São Paulo. **Economia e Sociedade**,

Campinas, v. 17, p. 575-610, dez. 2008. Número especial.

REIFNER, U.; NIEMI-KIESILÄINEN, J.; HULS, N.; SPRINGENEER, H. **Over-indebtedness in European Consumer Law**. Books on Demand GmbH, Norderstedt, 2010.

RICHINS, M. L. The Material Values Scale: Measurement Properties and Development of a Short Form. **Journal of Consumer Research**, Chicago, v. 31, n. 1, p. 209-219, June 2004.

ROCA, R. S. Dinheiro Vivo: money and religion in Brazil. **Critique of Anthropology**, [S. l.], p. 27-319, 2007.

SILVA, N. N. **Amostragem probabilística: um curso introdutório**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e consumo. **Revista Relações de Consumo**, [S. l.], 2008. Disponível em: <http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicacoes/publicacao_4.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.

TOKUNAGA, H. The use and abuse of consumer credit: application of psychological theory and research. **Journal of Economic Psychology**, [S. l.], v. 14, n.2, p. 285-316, 1993.

TRINDADE, L. L. **Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental rio-grandense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.